

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Departamento de Parcerias Públicas**

Termo de Outorga FAPEMIG/DPP nº. 42681852/2022

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

TERMO DE OUTORGA**IDENTIFICAÇÃO**

MODALIDADE: “EDITAL 092/2021 - CONTRAPARTIDA FAPEMIG (CUSTEIO) - ACT N. 1086/2021 - CHAMADA CAPES N. 04/2021 - PDPG SEMIÁRIDO”

PROCESSO N. : APQ-03099-21

PROJETO: “DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E PROCESSOS A PARTIR DE MICRORGANISMOS E BIOMOLÉCULAS PROSPECTADOS NO SEMIÁRIDO E SINTETIZADAS EM PLATAFORMAS BIOTECNOLÓGICAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA A CADEIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS”

PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: 36 MESES

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE OUTORGA: 36 MESES

PARTÍCIPIES

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG, com sede na Avenida José Cândido da Silveira, n. 1500, bairro Horto, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o n. 21.949.888/0001-83, neste ato representada por seu Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, **MARCELO GOMES SPEZIALI**, conforme ato de nomeação do Sr. Governador publicado no Diário Oficial do Estado em 27/08/2021, inscrito no CPF n. [REDACTED] ou pela servidora **CYNTHIA MENDONÇA BARBOSA**, inscrita no CPF nº [REDACTED] com delegação prevista na Portaria PRE Nº 026/2021, publicada no “Minas Gerais” de 25/06/2021.

OUTORGADA EXECUTORA: UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS com sede na **AV. ANTÔNIO CARLOS, Nº 6.627, PAMPULHA**, na cidade de **BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS**, inscrito(a) no CNPJ sob o n. 17217985000104, neste ato representado(a) por seu(ua) **PRÓ-REITOR DE PESQUISA, MARIO FERNANDO MONTENEGRO CAMPOS**.

OUTORGADA GESTORA: FUNDEP - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, com sede na **AV. ANTÔNIO CARLOS, Nº 6.627 - UNIDADE ADMINISTRATIVA II - CAMPUS PAMPULHA, PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS** inscrito(a) no CNPJ sob o n. **18720938000141**, neste ato representado(a) por seu(ua) **PRESIDENTE, JAIME ARTURO RAMIREZ**.

COORDENADOR(A): SILVIA NIETSCHKE, CPF: 88936465953, residente e domiciliado(a) **RUA [REDACTED] - MONTES CLAROS/ MINAS GERAIS**, mantendo vínculo com a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**.

Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021 celebrado entre a FAPEMIG e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, respectivamente em, 8 de novembro de 2021 e 11 de novembro de 2021, processo SEI estadual n. 2070.01.0002482/2021-17 e SEI federal n. 23038.006528/2021-01, vigente até 8 de novembro de 2025;

Considerando que o mencionado Acordo tem como objeto a cooperação acadêmico-científica entre a CAPES e a FAPEMIG, visando promover a formação de recursos humanos altamente qualificados para desenvolver os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, pertencentes aos estados da região Semiárida e vinculados à IES dos estados descritos no item 3.2 do Edital nº 04/2021 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira;

Considerando que a FAPEMIG operacionaliza o Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021 por meio de Termos de Outorga celebrados com os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação ou com os respectivos Pró-Reitores, conforme sua Cláusula Décima Segunda – Da Operacionalização;

Considerando que o projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação identificado no preâmbulo deste instrumento é oriundo do(s) Programa(s) de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* **1. Produção Vegetal – UFMG, 2. Produção vegetal semiárido - UNIMONTES**, identificado sob o(s) número(s) **32001010073P8 (UFMG), 32014015001P8 (Unimontes)** que se enquadram aos termos do Edital CAPES nº 4/2021, então vinculado(s), respectivamente, à(s) Instituição(ões) de Ensino Superior **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES**

Considerando que o(s) PPG(s) indicados(s) no projeto possui relação com o eixo estratégico escolhido, qual seja, **Biotecnologia no Semiárido**.

Resolvem firmar o presente Termo de Outorga, doravante denominado TO, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

A expressão “**PARTÍCIPIES**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGANTE**, à **OUTORGADA EXECUTORA**, à **OUTORGADA GESTORA** e ao **COORDENADOR**.

A expressão “**OUTORGADOS**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGADA EXECUTORA**, à **OUTORGADA GESTORA** e ao **COORDENADOR**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TO, o apoio pela **OUTORGANTE**, por meio de financiamento do montante previsto na Cláusula Segunda, ao projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação identificado no preâmbulo deste instrumento, desenvolvido pelo **COORDENADOR**, em parceria com a **OUTORGADA EXECUTORA**, observado o plano de trabalho aprovado, parte integrante e indissociável deste TO, estando a este anexo (42603814).

PARÁGRAFO ÚNICO: Integrará o anexo Plano de Trabalho, as informações mínimas que nele deverão constar, nos termos do art. 78 do Decreto n. 47.442/2018, ainda que encaminhadas em documentos apartados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO APOIO E CONDIÇÕES

O valor do presente TO é fixado em **R\$ 137.154,46 (CENTO E TRINTA E SETE MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)**, destinado à cobertura de despesas de custeio, conforme especificado no plano de trabalho e mediante disponibilidade financeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do recurso constante nesta Cláusula inclui a quantia de até **R\$ 137.154,46 (CENTO E TRINTA E SETE MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)** do montante concedido para o desenvolvimento do Projeto, valor este que será destinado em favor da **OUTORGADA GESTORA**, a título de despesas operacionais, nos termos do art. 10 da Lei n. 10.973/2004, do art. 70 do Decreto n. 47.442/2018, a ser calculado conforme Deliberação do Conselho Curador da FAPEMIG n. 147, de 26 de novembro de 2019, conforme proposta e plano de trabalho, o que deverá ser comprovado segundo detalhamento dos custos operacionais que a **OUTORGADA GESTORA** terá com o projeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será admitido, sem necessidade de elaboração de Termo Aditivo, o remanejamento de recursos financeiros para itens de custeio constantes no plano de trabalho aprovado, nos termos da Instrução Normativa n. 02/2014 da **OUTORGANTE** ou outra que vier sucedê-la.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os recursos financeiros previstos neste TO limitam-se ao valor constante na presente Cláusula, não se responsabilizando a **OUTORGANTE** pelo aporte de quaisquer outros recursos em decorrência de modificação do projeto original ou por fatos supervenientes que necessitem de suplementação a qualquer título.

PARAGRAFO QUARTO: As despesas previstas neste TO, à conta da **OUTORGANTE**, correrão pela(s) dotação(ões) orçamentária(s) , 2071 19 571 001 4007 0001 335043 0 10 1, para o presente exercício ou por outra(s) que a(s) suceder (em).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos será feita diretamente à **OUTORGADA GESTORA**, de forma integral ou em parcelas, e sua utilização se dará conforme previsto no detalhamento dos itens do plano de trabalho aprovado pela **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A liberação dos recursos dar-se-á após a publicação do extrato deste TO no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e mediante disponibilidade orçamentária e financeira da **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do repasse em parcelas, a primeira será feita nas mesmas condições do parágrafo anterior e, as subsequentes, conforme detalhamento dos itens do plano de trabalho e mediante disponibilidade financeira da **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Após a liberação dos recursos, os saldos financeiros, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados pela **OUTORGADA GESTORA** em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, na forma descrita no Parágrafo 4º, do art. 116, da Lei n. 8.666/1993 e no §1º do art. 87 do Decreto n. 47.442/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores oriundos da **OUTORGANTE** serão repassados à **OUTORGADA GESTORA**, por meio de depósito bancário em conta específica e individualizada para a execução do presente TO, aberta em instituição bancária oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto do presente TO, em item que conste no plano de trabalho aprovado e deve ser justificado e comprovado na prestação de contas financeira, os quais estão sujeitos às mesmas condições exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A utilização dos rendimentos para alteração de quantidades ou aquisição de novos itens deverá ser previamente aprovada pela **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: Os rendimentos de aplicações financeiras dos recursos não poderão ser computados como contrapartida ou outros aportes das **OUTORGADAS**.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de conclusão, rescisão ou extinção do presente TO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **OUTORGANTE**, por meio de DAE – Documento de Arrecadação Estadual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente TO, bem como o prazo de execução do respectivo projeto, previsto no preâmbulo deste instrumento, serão de **36 MESES**, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A vigência do presente TO poderá ser prorrogada mediante assinatura de Termo Aditivo, após solicitação e justificativa dos **OUTORGADOS**, além da anuência da **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Serão aceitas solicitações de alteração de processo apresentadas apenas até sessenta dias antes da data do encerramento do período de execução e vigência do TO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Excepcionalmente, a critério da **OUTORGANTE**, será admitido o recebimento de proposta de alteração da **OUTORGADA** em prazo inferior ao estipulado no parágrafo anterior, desde que dentro da vigência do TO, mediante a apresentação de justificativa do atraso na solicitação da proposta de aditamento.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação do prazo de vigência do TO e do prazo de execução do presente projeto não importará no aporte de novos recursos, além dos já previstos na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO QUINTO: Os prazos de vigência do TO e de execução do presente Projeto, no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pela **OUTORGANTE**, serão prorrogados de ofício pela

OUTORGANTE, limitado ao período verificado ou previsto para liberação, com a devida readequação da duração das etapas de execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

São obrigações dos **PARTICÍPES** o cumprimento de todas as Cláusulas presentes neste TO, bem como o seguinte:

1. DOS PARTICÍPES:

1. Aceitar os termos e condições do presente TO assinando-o eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com senha individual e intransferível, da qual se responsabiliza pelo sigilo;
2. Ter conduta ética e íntegra, respeitada a Lei anticorrupção n.º 12.846, de 2013;
3. Submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle competentes, garantindo acesso aos processos, documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
4. Observar os procedimentos e regras dispostos no Manual da FAPEMIG, na Cartilha de Prestação de Contas, bem como na legislação aplicável ao presente Instrumento.

2. DOS OUTORGADOS

1. Arcar, o **OUTORGADO** responsável, por quaisquer ônus advindos das relações diretas ou indiretas com terceiros estranhos ao presente TO, bem como acerca da relação com os bolsistas vinculados a instituição, que não implicará em constituição da relação laborativa, empregatícia ou de qualquer natureza;
2. Explicitar o número do processo correspondente em toda correspondência enviada à **OUTORGANTE** referente ao presente TO, via correio regular ou eletrônica;
3. Responsabilizar-se pela adequada utilização dos recursos concedidos pela **OUTORGANTE**, de acordo com sua finalidade e em estrita observância das cláusulas deste TO, do Manual da FAPEMIG e demais normas da **OUTORGANTE**, não os destinando, em hipótese alguma, a fins diversos, ainda que parcialmente;
4. Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução do presente TO, pelo prazo de 10 (dez) anos contados do dia útil subsequente ao término do prazo para apresentação da prestação de contas, exibindo-os à **OUTORGANTE** e aos órgãos de controle, quando solicitado.
5. Aceitar qualquer avaliação e fiscalização que a **OUTORGANTE**, julgar conveniente proceder; e
6. Manter, durante toda a execução desta parceria, as condições de regularidade exigidas para sua celebração, nos termos da legislação estadual e regulamentos aplicáveis, conforme dispõe o art. 26 da [Lei Estadual 23.831/2021](#);

3. DA OUTORGANTE:

1. Realizar o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do projeto, por meio da análise dos relatórios de monitoramento de metas, nos moldes do modelo padrão disponibilizados pela **OUTORGANTE**, a ser apresentado pelo **COORDENADOR** ou pela **OUTORGADA EXECUTORA**, conforme plano de trabalho;
2. Realizar a análise da prestação de contas financeira, apresentada pela **OUTORGADA GESTORA**, conforme a legislação aplicável, as diretrizes estabelecidas pelo Manual da FAPEMIG e a Cartilha de Prestação de Contas.
3. Adotar instrumentos de acompanhamento e avaliação final dos projetos, visando assegurar: cumprimento dos objetivos propostos e apresentação dos produtos descritos na proposta; impactos ambientais, econômicos e sociais, diretos e indiretos, gerados pela proposta, inclusive na contribuição para a formação de recursos humanos; impacto do projeto na produção técnico-científica do coordenador e da equipe; qualidade dos periódicos e/ou livros onde forem realizadas as publicações; contribuição para a difusão de tecnologia/informação; subsídios para implementação de políticas públicas.
4. Apresentar este Termo de Outorga devidamente assinado para homologação da **CAPES** e, posteriormente, divulgá-lo no endereço eletrônico <https://fapemig.br/pt/>.
5. Receber os documentos pertinentes à implementação das bolsas concedidas pela **CAPES** no âmbito Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021 e proceder com a inclusão dos candidatos em sistema específico, disponibilizado pela **CAPES**.

4. DO COORDENADOR:

1. Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução do projeto e adequada utilização dos recursos concedidos pela **OUTORGANTE**, de acordo com sua finalidade e em estrita observância das cláusulas deste TO, do Manual da FAPEMIG e demais normas da **OUTORGANTE**, não os destinando, em hipótese alguma, a fins diversos, ainda que parcialmente;
2. Responsabilizar-se pela demonstração dos resultados obtidos por meio da elaboração e apresentação de Relatório Técnico-Científico, disponibilizado no Sistema Eletrônico, bem como por meio de outros documentos solicitados pela **OUTORGANTE**;
3. Fazer expressa referência à **OUTORGANTE** e à **CAPES**, além de fornecer 1 (um) exemplar da obra publicada, sempre que, em virtude do apoio deferido, for produzido livro, revista ou qualquer outro trabalho técnico ou científico;
4. Divulgar o presente apoio da **OUTORGANTE** nas palestras, seminários e cursos, ou na promoção do produto resultado do evento através de publicações científicas, artigos em jornais e/ou revistas, *folders*, *banners*, cartazes, quadros, folheto, dentre outros, sob pena de inadimplência das obrigações ora pactuadas, observada em ano eleitoral a Lei Federal 9.504/97.
5. Encaminhar à **OUTORGANTE** documentos pertinentes à implementação das bolsas concedidas pela **CAPES** no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021, conforme previsto na **CLÁUSULA SÉTIMA - DA IMPLEMENTAÇÃO DAS BOLSAS CAPES** do presente TO.

5. DA OUTORGADA EXECUTORA:

1. Propiciar condições adequadas de espaço, infraestrutura, pessoal de apoio técnico e administrativo para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, acompanhando as atividades realizadas pelo **COORDENADOR**;
2. Envidar os melhores esforços para o fiel cumprimento das obrigações dispostas no presente TO, sendo subsidiariamente responsável pelas obrigações assumidas pelo **COORDENADOR**;
3. Responsabilizar-se solidariamente pelas obrigações assumidas pelo **COORDENADOR**, em caso de negligência na fiscalização e no acompanhamento da execução do Projeto.

6. DA OUTORGADA GESTORA:

1. Manter-se constituída na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil brasileiro e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;
2. Adotar regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, nos termos do art. 84 do Decreto 47.442/2018, observados os demais dispositivos legais aplicáveis;
3. Manter os recursos repassados, em conta bancária específica e atualizada, aberta exclusivamente para execução das ações deste Termo;
4. Utilizar recursos exclusivamente para o cumprimento da finalidade prevista no Plano de Trabalho do Projeto;
5. Observar as vedações contidas nos incisos VII e VIII, do art. 6º da Lei n. 22.929/2018;
6. Observar a publicidade de seus atos, conforme estabelecido no art. 8º da Lei nº 22.929, de 2018, salvo no que diz respeito às informações classificadas como sigilosas e de segredo industrial;
7. Manter-se credenciada junto à OUTORGANTE durante o prazo de vigência deste TO.
8. Apresentar para a OUTORGANTE, na prestação de contas financeira, observada a Cláusula Oitava do presente TO, a planilha com os custos operacionais que a OUTORGADA GESTORA efetivamente executou no projeto, a fim de comprovar percentual que foi destinado a título de despesas operacionais, observado o limite máximo estabelecido na Cláusula Segunda, com devolução da diferença não executada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPLEMENTAÇÃO DAS BOLSAS CAPES

A implementação das bolsas concedidas pela **CAPES** se dará por meio do Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) da **CAPES** e está sob a responsabilidade da **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bolsistas serão indicados pelo **COORDENADOR** à **OUTORGANTE** e deverão:

- a) Estar vinculados aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), que constam no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021;

- b) Não ser detentor de outra bolsa, exceto nos casos expressamente autorizados em ato normativo da CAPES mediante requerimento do bolsista;
- c) Integrar apenas uma proposta submetida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não será permitida a utilização de dados bancários de terceiros, conta conjunta na qual o bolsista indicado não seja o titular ou de conta poupança para recebimento da bolsa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os bolsistas implementados no SCBA serão homologados pela **CAPES**. Caso seja identificado que o PPG do discente indicado não esteja na relação de PPGs que consta no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica n. 1086/2021, a solicitação de implementação do bolsista será indeferida pela **CAPES**.

PARÁGRAFO QUARTO: Com a homologação da **CAPES** da implementação do bolsista, o beneficiário deverá entrar no sistema SCBA (<https://scba.capes.gov.br>) para preencher os dados bancários e assinar o Termo de Compromisso com a **CAPES**.

PARÁGRAFO QUINTO: As bolsas concedidas pela **CAPES** não contemplarão taxas de bancada, auxílio deslocamento e auxílio instalação. Ademais, as bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a sua finalidade, nem será permitida a substituição de bolsistas.

PARÁGRAFO SEXTO: É vedado ao discente ou pesquisador acumular bolsa de outro programa da **CAPES** ou de outra agência de fomento federal, estadual ou municipal, exceto nos casos expressamente autorizados em ato normativo da CAPES mediante requerimento prévio do bolsista.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada modalidade, conforme as normas estabelecidas pela **CAPES**.

PARÁGRAFO OITAVO: A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICO-CIENTÍFICA

O COORDENADOR obriga-se a realizar a prestação de contas técnico-científica do projeto, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o seu prazo de execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG e as demais normas da OUTORGANTE, a Chamada Pública identificada no preâmbulo, bem como na legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas técnico-científica será realizada por meio de relatório contendo os resultados obtidos, em formulário eletrônico disponível na página da **OUTORGANTE**, ou outro(s) documento(s) que vier(em) a substituí-lo, além do envio de cópia das publicações e dos produtos gerados no projeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **COORDENADOR** também deverá enviar um PITCH (vídeo de curta duração de aproximadamente 3 min.), contendo uma síntese do(s) resultado(s) mais significativos do projeto desenvolvido, menção ao apoio da **FAPEMIG** e da **CAPES**, quando da apresentação do relatório técnico final, e que será utilizado como material de divulgação, devendo também ser enviado documento autorizando a divulgação do PITCH.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese da não aprovação integral ou parcial da prestação de contas técnico-científica, o **COORDENADOR** deverá efetuar a devolução dos recursos recebidos, integral ou proporcionalmente, conforme o caso, sem prejuízo da correção monetária devida.

PARÁGRAFO QUARTO: A **OUTORGADA EXECUTORA** acompanhará a execução e a apresentação da prestação de contas técnico-científica pelo **COORDENADOR**, inclusive responsabilizando-se pela cobrança e pela aplicação de sanções no caso de inadimplência, sendo obrigada solidariamente à devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas científica, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA

A **OUTORGADA GESTORA** obriga-se a realizar a prestação de contas financeira do projeto, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o prazo de sua execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG, a Cartilha de Prestação de Contas Financeira, as demais normas da **OUTORGANTE**, como a Chamada Pública identificada no preâmbulo, bem como a legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de não aprovação integral ou parcial da prestação de contas financeira, a **OUTORGADA GESTORA** deverá efetuar a devolução proporcional dos recursos recebidos, devidamente corrigidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **COORDENADOR** e a **OUTORGADA EXECUTORA** poderão ser responsabilizados solidariamente pela devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas financeira, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na prestação de contas final, o saldo apurado na conta vinculada, inclusive com os rendimentos de aplicação financeira, deverá ser devolvido à **OUTORGANTE**, por meio de DAE – Documento de Arrecadação Estadual disponível em <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>, devidamente identificado com o número do projeto, no campo de informações do DAE.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS METAS E DA AVALIAÇÃO

Os **OUTORGADOS** atestam que o Plano de Trabalho, ou documento equivalente disponível na plataforma Everest, integra o presente TO independente de transcrição, e contém a especificação das metas a serem atingidas, com indicadores que permitem avaliar o seu cumprimento ao longo do tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **OUTORGANTE** reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, monitorar a execução das metas e atividades, conforme definido no Plano de Trabalho e, após a conclusão dos

trabalhos, verificar o cumprimento das condições fixadas no TO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **COORDENADOR** deverá encaminhar à **OUTORGANTE**, relatório de monitoramento informando o andamento da execução física e técnica do objeto, a fim de realizar o registro do avanço do projeto, incluindo documentos comprobatórios e evidências da realização das atividades, conforme especificidades do Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **OUTORGADA GESTORA** deverá encaminhar a **OUTORGANTE** prestação de contas financeira parcial, comprovando a utilização dos recursos financeiros recebidos, anualmente, conforme especificidades do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Como forma de garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, porventura decorrentes do projeto, identificado no preâmbulo deste TO, obrigam-se os **PARTÍCIPIES** a manter sigilo e a confidencialidade das informações pertinentes à pesquisa, de forma a assegurar o atendimento ao requisito “novidade” exigido pela legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **OUTORGADA EXECUTORA** deverá celebrar Termo de Sigilo e de Confidencialidade com cada um de seus respectivos servidores /empregados e demais envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento do projeto, identificado no preâmbulo deste TO, como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade das informações a ele relacionadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A obrigação de sigilo e de confidencialidade prevista na presente Cláusula perdurará até que os direitos dos envolvidos tenham sido devidamente protegidos e cessará na hipótese deste projeto não originar direitos relativos à propriedade intelectual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cláusula de sigilo e de confidencialidade não será objeto de renúncia por qualquer dos **PARTÍCIPIES** e demais envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento do projeto, enquanto vigentes os objetivos e finalidades deste TO e suas cláusulas correspondentes, resguardando-se irrestritamente eventuais direitos de propriedade intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos relativos à propriedade intelectual, porventura resultantes de atividades realizadas em decorrência do Projeto financiado pelo presente TO serão objeto de proteção, em conformidade com a legislação vigente, e terão como cotitulares a **OUTORGADA EXECUTORA**, o **OUTORGANTE** respeitados os direitos do autor, inventor ou melhorista e as proporções dos recursos alocados pelas instituições envolvidas no desenvolvimento de cada tecnologia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual e os contratos de licença de exploração deverão ser ajustados de comum acordo entre os cotitulares do direito, nos Contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Qualquer cotitular do direito e/ou qualquer membro de sua equipe, somente poderá explorar diretamente os resultados advindos do projeto objeto deste TO, mediante comum acordo entre os demais cotitulares, expresso em termo escrito e assinado por todos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os direitos sobre a propriedade intelectual observará a legislação vigente, notadamente a legislação de propriedade intelectual, em especial a Lei n. 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei n. 9.609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), Lei n. 9.456/97 (Lei de Proteção de Cultivares), Decreto n. 2.553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação a inventores de instituições públicas), Lei n. 10.973/04 (Lei de Inovação), Decreto n. 9.283/18 (Regulamenta a Lei n. 10.973/04), Lei n. 13.243/16, Lei Estadual n. 17.348/08 (Lei Mineira de Inovação), Decreto n. 47.442/18, bem como às Deliberações n. 72/13 e 171/2021 da FAPEMIG, e demais legislações aplicáveis à propriedade intelectual.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso o projeto identificado no preâmbulo do presente TO não seja passível de originar direitos relativos à propriedade intelectual, os resultados da pesquisa deverão se reverter em publicações, em livros ou revistas especializadas, de circulação nacional e/ou internacional, ou ainda, em trabalho técnico e científico de divulgação, devendo o autor fazer expressa referência à **OUTORGANTE** e à **CAPES**, bem como fornecer-lhe um exemplar da obra publicada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Os ganhos econômicos auferidos em eventual exploração comercial de pesquisas e inovações resultantes do projeto identificado no preâmbulo deste TO, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados entre os cotitulares do direito, na proporção equivalente ao montante do valor agregado, investido na pesquisa, inovações e proteção à propriedade intelectual, cujos percentuais serão definidos nos respectivos Contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO ÚNICO: É assegurada ao pesquisador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o autor, inventor ou melhorista, nos termos da Lei Federal n. 10.973/2004 (Lei de Inovação), da Lei Federal n. 13.243/2016, da Lei Estadual n. 17.348/2008 (Lei Mineira de Inovação), do Decreto Estadual n. 47.442/2018 e das Deliberações n. 72/13 e 171/2021 da FAPEMIG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As normas de concessão, execução, pagamento, acompanhamento e prestação de contas do presente TO são as previstas nas Leis Federais n. 13.243/2016, n. 10.973/2004 e, no que couber, a Lei n. 8.666/1993, Lei Estadual nº 22.929/2018, Decreto Estadual n. 47.442/2018 e demais legislações aplicáveis ao presente instrumento, além do regramento constante no Manual da FAPEMIG e demais normas internas da **OUTORGANTE**, que poderão ser alteradas a critério desta, bem como as prescritas na Chamada Pública identificada no preâmbulo, aplicando-se também os princípios que regem a atuação da administração pública, em especial os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aplicam-se também ao presente TO, de forma subsidiária, o Decreto Federal n. 8.241/2014 e o Decreto Estadual n. 46.319/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INADIMPLÊNCIA

A violação de qualquer cláusula do presente TO importará em suspensão do apoio concedido, e, eventual, rescisão deste TO, além da devolução dos recursos recebidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais e retirada dos bens adquiridos, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente TO poderá ser denunciado a qualquer tempo, por quaisquer dos partícipes, que permanecerão obrigados aos compromissos assumidos até a efetivação do ato, mediante notificação com antecedência mínima de trinta dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem motivos para rescisão unilateral do TO, a critério da **OUTORGANTE** as hipóteses previstas no art. 66 do Decreto Estadual n. 46.319/13, podendo ainda a **OUTORGANTE** cancelar ou suspender, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, os benefícios definidos, sem que disso resulte direito algum a reclamação ou indenização por qualquer das partes, com relação à **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, poderá o **PARTÍCIPE** prejudicado dar por findo o presente TO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o **PARTÍCIPE** inadimplente pelos prejuízos ocasionados, salvo hipótese de caso fortuito ou de força maior, devidamente demonstrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

As Cláusulas do presente Termo de Outorga poderão ser alteradas de comum acordo pelos **PARTÍCIPE**s por meio de TERMO ADITIVO, nos termos do inciso XIII, do art. 79 do Decreto 47.442/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ADESÃO ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Os **OUTORGADOS** declaram que aceitam, sem restrições, o presente apoio como está deferido e se responsabilizam pelo fiel cumprimento do presente TO em todas as suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A **OUTORGADA GESTORA** e **OUTORGADA EXECUTORA** deverão indicar, expressamente, um responsável para controlar e fiscalizar a execução do presente instrumento, nos termos da Lei Estadual 22.929/2018, podendo a indicação ser feita no Plano de Trabalho ou em documento apartado, o qual passará a fazer parte integrante e indissociável do presente TO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **OUTORGANTE** indica como responsável pela gestão do presente TO, Sra. Cibele Bersan Mariano Pádua, chefe do Departamento de Parcerias Públicas e pela fiscalização, Sra. Camila Fernanda Silva Santos, chefe do Departamento de Monitoramento e Avaliação de Resultados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PRAZO PARA ASSINATURA

Os **PARTÍCIPIES** terão prazo máximo de 10 (dez) dias para realizar a assinatura eletrônica do presente TO, a contar da sua disponibilização via SEI, sob pena de cancelamento do apoio nele previsto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste TO será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, por conta e ônus da **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente TO, fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte ou, sendo qualquer dos **OUTORGADOS** entidade pública federal, fica eleita a Justiça Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais – Belo Horizonte.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais controvérsias que envolvam apenas a FAPEMIG e entidade pública estadual serão dirimidas administrativamente pelas partes ou, na impossibilidade, através da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos junto à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, conforme Lei Estadual 23.172/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO PERÍODO ELEITORAL

Em atendimento às normas que disciplinam o período eleitoral, os **PARTÍCIPIES** declaram que o projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação identificado no preâmbulo deste instrumento não será executado por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, conforme dispõe o § 11 do art. 73, da Lei Federal n. 9.504/1997."

Belo Horizonte, **23 de fevereiro de 2022**.

OUTORGANTE

REPRESENTANTE LEGAL

OUTORGADA EXECUTORA

MARIO FERNANDO MONTENEGRO CAMPOS

OUTORGADA GESTORA

JAIME ARTURO RAMIREZ

COORDENADOR

SILVIA NIETSCHÉ

Detalhamento dos Itens do Orçamento Aprovado

PROCESSO : APQ-03099-21

TÍTULO : DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E PROCESSOS A PARTIR DE MICRORGANISMOS E BIOMOLÉCULAS PROSPECTADOS NO SEMIÁRIDO E SINTETIZADAS EM PLATAFORMAS BIOTECNOLÓGICAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA A CADEIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

DESENVOLVEDORA : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

COORDENADOR : SILVIA NIETSCHÉ

CUSTEIO

=====

DIÁRIA NACIONAL

1) DIÁRIAS PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO E PARTICIPAÇÃO DE CURSOS E EVENTOS

Qtd. [Soli.] : 80 SubTotal [Soli.] : R\$ 23.520,00

Qtd. [Reco.] : 80 SubTotal [Reco.] : R\$ 23.520,00

PASSAGEM NACIONAL

2) PASSAGENS NACIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Qtd. [Soli.] : 6 SubTotal [Soli.] : R\$ 12.600,00

Qtd. [Reco.] : 6 SubTotal [Reco.] : R\$ 12.600,00

MATERIAL DE CONSUMO

3) INSUMOS, VIDRARIAS, REAGENTES, DEFENSIVOS, ADUBOS

Qtd. [Soli.] : 190 SubTotal [Soli.] : R\$ 93.271,00

Qtd. [Reco.] : 190 SubTotal [Reco.] : R\$ 93.271,00

DESPESA OPERACIONAL

=====

1) DESPESAS OPERACIONAIS

Qtd. [Soli.] : 1 SubTotal [Soli.] : R\$ 7.763,46

Qtd. [Reco.] : 1 SubTotal [Reco.] : R\$ 7.763,46

Observação : Soli. = Solicitado / Reco. = Recomendado

**** RECOMENDAÇÕES ****

DIÁRIAS:

"Item financiável conforme regras da Pág 26 do Manual FAPEMIG - Importante destacar que as diárias são devidas para o coordenador, bolsistas e membros da equipe devidamente cadastrados no EVEREST. Para demais beneficiários é necessária a apresentação de justificativa pelo Coordenador, demonstrando a pertinência da viagem com o alcance do objeto do projeto. Não é permitido o pagamento de diárias para prestadores de serviço no âmbito do projeto".

PASSAGENS:

"Item financiável conforme regras da Pág 26 do Manual FAPEMIG - Importante destacar que são financiáveis despesas com passagens para o coordenador, bolsistas e membros da equipe devidamente cadastrados no EVEREST. Para demais beneficiários é necessária a apresentação de justificativa pelo Coordenador, demonstrando a pertinência da viagem com o alcance do objeto do projeto. Não é

permitido o pagamento de passagens para prestadores de serviço no âmbito do projeto. É vedado o pagamento de taxas ou multas com remarcação ou cancelamento de passagens".

E ainda, conforme o Manual, temos que a equipe deve atender a seguinte qualificação: "o coordenador e os demais pesquisadores da equipe devem possuir titulação e experiência compatíveis e adequadas ao escopo, complexidade e natureza do projeto de pesquisa. Como constante nas Chamadas, a comprovação da experiência profissional dos pesquisadores será realizada por meio do currículo na Plataforma Lattes. Todos os membros da equipe devem dar o aceite no Sistema EVEREST".



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernando Montenegro Campos, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Nietzsche, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Speziali, Diretor(a)**, em 23/02/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Arturo Ramirez, Presidente**, em 24/02/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42681852** e o código CRC **DD3D8491**.

MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EXTRATO DE DOAÇÃO
Termo de Doação Eletrônico Nº 253/2022 – PROCESSO SEI Nº 1220.01.0000453/2022-24. Partes: SEDE e a Prefeitura Municipal de Pedra Azul/MG. Doação gratuita de 116 (cento e dezesseis) itens, no valor total de R\$ 62.266,84 (sessenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Assinam em 24/02/2022, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, Fernando Henrique Guimarães Rezende, Doador e, Márcio Ferreira Souto, Donatário.

2 cm -24 1598510 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO - Termo de Doação Nº 237/2022, Processo SEI 1220.01.0000266/2022-29, celebrado entre o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o Município de FORMIGA– MG. Objeto: Doação em caráter definitivo e sem encargos de 116 (cento e dezesseis) itens, no valor total de R\$ 90.468,59. Assinam em 24/02/2022, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças Fernando Henrique Guimarães Rezende pelo doador o Prefeito Municipal Eugênio Vilela Júnior pelo donatário.

3 cm -24 1598730 - 1

EXTRATO DO TERMO ADITIVO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO - Termo de Doação Nº 188/2022, Processo SEI 1220.01.0003763/2021-91, celebrado entre o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o Município de GOVERNADOR VALADARES– MG. Objeto: Doação em caráter definitivo e sem encargos de 74 (setenta e quatro) itens, no valor total de R\$ 54.206,02. Assinam em 24/02/2022, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças Fernando Henrique Guimarães Rezende pelo doador o Prefeito Municipal André Luiz Coelho Merlo pelo donatário.

3 cm -24 1598733 - 1

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG

EXTRATO DE CARTA ADITIVA – PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO
APQ-01331-18 ; 22/10/2021 ; 21/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01332-18 ; 05/12/2021 ; 04/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01353-18 ; 17/10/2021 ; 16/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01373-18 ; 16/10/2021 ; 15/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01374-18 ; 18/12/2021 ; 17/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01376-18 ; 04/12/2021 ; 03/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01402-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01411-18 ; 13/03/2022 ; 12/12/2022 ; Prorrogação ; APQ-01415-18 ; 17/10/2021 ; 16/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01420-18 ; 13/12/2021 ; 12/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01424-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01426-18 ; 05/12/2021 ; 04/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01427-18 ; 22/04/2022 ; 21/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01428-18 ; 13/06/2022 ; 12/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01436-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01448-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01453-18 ; 17/10/2021 ; 16/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01455-18 ; 15/08/2022 ; 14/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01464-18 ; 15/02/2022 ; 14/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01467-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01469-18 ; 17/10/2021 ; 16/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01470-18 ; 11/12/2021 ; 10/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01474-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01475-18 ; 05/12/2021 ; 04/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01477-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01490-18 ; 11/12/2021 ; 10/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01506-18 ; 14/02/2022 ; 13/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01510-18 ; 18/12/2021 ; 17/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01515-18 ; 26/10/2021 ; 25/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01517-18 ; 05/12/2021 ; 04/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01521-18 ; 19/06/2022 ; 18/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01527-18 ; 24/10/2021 ; 23/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01532-18 ; 24/10/2021 ; 23/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01542-18 ; 18/12/2021 ; 17/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01558-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01580-18 ; 06/12/2021 ; 05/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01583-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01586-18 ; 05/12/2021 ; 04/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01591-18 ; 19/12/2021 ; 18/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01600-18 ; 29/01/2022 ; 28/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01620-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01622-18 ; 05/11/2021 ; 04/12/2022 ; Prorrogação ; APQ-01638-18 ; 14/12/2021 ; 13/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01645-18 ; 14/02/2022 ; 13/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01786-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01793-18 ; 14/06/2022 ; 13/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01815-18 ; 04/12/2021 ; 03/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01816-18 ; 15/12/2021 ; 14/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01817-18 ; 04/12/2021 ; 03/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01819-18 ; 24/04/2022 ; 23/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01822-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01836-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01860-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01865-18 ; 14/02/2022 ; 13/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01869-18 ; 24/10/2021 ; 23/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01874-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01881-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01894-18 ; 07/12/2021 ; 06/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01913-18 ; 19/12/2021 ; 18/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01915-18 ; 02/11/2021 ; 01/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01923-18 ; 20/12/2021 ; 19/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01926-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01930-18 ; 04/12/2021 ; 03/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01935-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01936-18 ; 08/12/2021 ; 07/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01952-18 ; 13/12/2021 ; 12/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01963-18 ; 19/12/2021 ; 18/06/2023 ; Prorrogação ; APQ-01964-18 ; 11/12/2021 ; 10/06/2023 ; Prorrogação ;

13 cm -24 1598782 - 1

EXTRATO DE TERMO DE OUTORGA
cex ; apq-01945-21 ; estudos de energia de rede em novas formas sólidas de fármacos e em complexos metálicos ; renata diniz ; 2071 19 571 001 4009 0001 335043 0 10 1 ; 2071 19 571 001 4009 0001 339039 0 10 1 ; 2071 19 571 001 4009 0001 332042 0 10 1 ; 2071 19 571 001 4009 0001 445042 0 10 1 ; 2071 19 571 001 4009 0001 449039 0 10 1 ; início a partir da publicação ; duração 36 meses ; universidade federal de minas gerais ; R\$ 51.158,00 ;

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
APQ-03133-18 ; Termo de Rescisão Amigável ; APQ-03395-17 ; Termo de Rescisão Amigável ; APQ-01101-17 ; Termo de Rescisão Amigável ;

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
APQ-01781-17 ; Exclusão de Gestor , Substituição de Executor ;

4 cm -24 1598997 - 1

EXTRATO DE TERMO DE OUTORGA – PDPG- SEMIÁRIDO
cag ; apq-03099-21 ; desenvolvimento de novos produtos e processos a partir de microrganismos e biomoléculas prospectados no semiárido e sintetizados em plataformas biotecnológicas de interesse estratégico para a cadeia de produção de alimentos ; silvia nietsche ; 2071 19 571 001 4007 0001 335043 0 10 1 ; início a partir da publicação ; duração 36 meses ; universidade federal de minas gerais ; R\$ 137.154,46 ; esa ; apq-03100-21 ; cadeia de valor do mel no semiárido mineiro - análise ecológica, sócio-econômica e organoléptica com vistas à exportação e ampliação do mercado de melis especiaies ; aline weber sulzbacher ; 2071 19 571 001 4007 0001 335043 0 10 1 ; início a partir da publicação ; duração 36 meses ; universidade federal dos vales do jequitinhonha e mcururi ; R\$ 137.160,82 ; cag ; apq-03106-21 ; obtenção de ingredientes com potencialidades funcionais a partir de frutos do semiárido norte mineiro com aplicações tecnológicas em matrizes alimentícias ; cintia lacerda ramos ; 2071 19 571 001 4007 0001 335043 0 10 1 ; início a partir da publicação ; duração 36 meses ; universidade federal dos vales do jequitinhonha e mcururi ; R\$ 98.286,59 ;

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
APQ-05368-18 ; 28/02/2022 ; 28/06/2022 ; Prorrogação , Correção da Clausula Quinta do TO ;

5 cm -24 1598877 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

EXTRATO DE CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE TECNOLOGIA Nº TT 57/2022 – UFU/FAPEMIG/LCG
Participes: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU, FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG E LCG BIOTECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL LTDA ME - LCG. Processo SEI UFU nº 23117.063180/2019-47 e Processo SEI MG nº 2070.010005070/2020-81. Objeto: constitui objeto do presente contrato o licenciamento, a título não exclusivo e oneroso, pela UFU e pela FAPEMIG à LCG, dos direitos para produção e comercialização, no Brasil, da tecnologia intitulada “SISTEMA SIMPLIFICADO PARA CRIAÇÃO DE PEIXES E CULTIVO HIDROPÔNICO COM RECIRCULAÇÃO DE ÁGUA”, depositada junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI em 22 de dezembro de 2006, sob o nº PI 0606211-3. Vigência: a partir da data de sua assinatura até que se expire o prazo de proteção legal da TECNOLOGIA. Data de assinatura: 23/02/2022. Signatários: Valder Steffen Junior – Reitor da UFU, Marcelo Gomes Speziali – Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG e Luiz Alexandre Guilherme – Representante da LCG.

4 cm -24 1598849 - 1

INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO - IPEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2019, Processo de Compras nº 2331032/0003/2019, de prestação de serviço telefônico Fixo Comutado (STFC), celebrado entre o IPEM/MG e a empresa Claro S/A. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses e reajustar o valor do contrato original. Novo valor estimado: R\$ RS 14.347,56 (quatorze mil trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Nova vigência: 02/03/2022 a 01/03/2023. Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2022. Fiscal do contrato: Isabela Fernandes Kattar.

3 cm -24 1599036 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 9283442/2021, celebrado entre o IPEM/MG e a Empresa VIBRA ENERGIA S/A, Processo de Compras nº 2331032 000029/2021, de fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10) nos pontos de abastecimento que compõem a rede de abastecimento do Governo do Estado de Minas Gerais. OBJETO: Reequilíbrio Econômico-Financeiro. VALOR: Após reequilíbrio, os combustíveis Gasolina e Óleo Diesel, passam a ser praticados respectivamente com os seguintes valores: R\$4,4839 e R\$4,6528. Data da assinatura: 24/02/2022. Assinam: Luiz Carlos Siviero Farias, pelo IPEM/MG e Glaucius de Luca Braga e Gilvan de Sã Barreto Júnior pela contratada. Fiscal do contrato: Isabela Fernandes Kattar.

3 cm -24 1598959 - 1

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG

AVISO DE LICITAÇÃO
O BDMG torna público que realizará, no dia 14 de março de 2022, às 09h30, pregação eletrônico edital BDMG-05/2022, nº de compra 5201030 000001/2022 no portal Compras MG, objetivando a contratação de solução tecnológica integrada para gestão de processos, de governança, de riscos e de conformidade, incluindo o licenciamento de software por subscrição e os serviços técnicos de implantação, configuração, migração de dados, integrações com sistemas legados, treinamento, armazenamento em nuvem, suporte técnico e manutenções evolutivas, conforme demais regras e condições do Edital. A sessão pública será realizada em ambiente virtual, na internet, no Portal de Compras MG, pelo endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br. Cópia do edital poderá ser obtida gratuitamente nos endereços <https://www.bdmg.mg.gov.br/editsais-licitacoes/> ou <http://www.compras.mg.gov.br>. Outras informações poderão ser obtidas mediante a funcionalidade Esclarecimentos / Impugnações relativa ao pregação, no portal Compras MG.

REVOGAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO BDMG-25/2016 - CORRETORES
O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG torna público que, em razão da publicação do edital de credenciamento BDMG-02/2022, o Diretor Financeiro, de Crédito e Tecnologia do BDMG revogou o Edital BDMG-25/2016 a partir desta data, assim como o credenciamento nele instrumentalizado.

ADITIVO A CONTRATO
5º Aditivo ao CT 5096/2020. Contratada: INCEN SCI LTDA. I. Prorrogar a vigência do contrato até 31/07/2022. Data de assinatura: 24/02/2022.

CONTRATO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 05/2021
CT 6254/2022. Contratada: HASE ENGENHARIA LTDA. CNPJ 30.350.148/0001-17 - Valor: R\$150.000,00 - Aprovação: 16/02/2022. Objeto: Contratação para atuar como correspondente Bancário do BDMG conforme termos e condições do Edital de Credenciamento BDMG-05/2021. Dotação orçamentária: 8199910045 - GOP - Comissões dos Agentes. Prazo: 60 meses a contar da assinatura. Data de assinatura: 24/02/2022.

DISPENSA CARGO CONFIANÇA- RECRUTAMENTO AMPLO
O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG torna público que Joao Mario Avelino ficará à disposição do BDMG até o dia 25/02/2022, inclusive, estando dispensado, a pedido, a partir do dia seguinte à referida data, do cargo de confiança de recrutamento amplo de Assessor Especial para Desenvolvimento e Inovação, encerrando-se a cessão com ônus para o BDMG.

DISPENSA DE CARGO EM COMISSÃO
O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG, torna público que seu Conselho de Administração do decidiu em 11/02/2022, nos termos do artigo 14, Inciso IV, do Estatuto Social do BDMG, dispensar, a partir do dia 26/02/2022, o Diretor Executivo Otavio Lobão de Mendonça Vianna.

12 cm -24 1599011 - 1

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 10.362, SIGCON nº 5031000532/2018. Processo Interno nº 171/2018. Conveniente: Município de Perdões, CNPJ nº 18.244.343/0001-67. Interviente: Secretaria do Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, CNPJ nº 18.715.581/0001-03. Objeto: Aprovação de novo Plano de Trabalho com prorrogação do prazo de vigência até o dia 27/02/2023. Base Legal: Lei 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 46.319/2013. Data da Assinatura: 16/02/2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.207. Processo Interno nº 229/2021. Contratado: Mega Energia Manutenção e Instalação LTDA, CNPJ nº 23.733.745/0001-56. Objeto: Prorroga os prazos de execução e vigência, fixando-se, respectivamente, novos prazos até 20/03/2022 e 03/05/2022. Base Legal: art. 71 da Lei 13.303/2016. Data da Assinatura: 17/02/2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 10.723. Processo Interno nº 119/2019. Contratado: CS Assessoria e Tecnologia em Estacionamento Eireli, CNPJ nº 12.973.593/0001-51. Objeto: Convalida a isenção da remuneração mensal mínima nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, mantendo a remuneração mensal por meio de percentual incidente sobre a receita bruta mensal auferida pela concessionária. Base Legal: art. 72 da Lei 13.303/2016. Data da Assinatura: 14/12/2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 10.354 (SIGCON nº 5031000291/2018). Processo Interno nº 157/2018. Conveniente: Município de Ipanema, CNPJ nº 18.334.292/0001-64. Interviente: Secretaria do Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, CNPJ nº 18.715.581/0001-03. Objeto: Aprovação de novo Plano de Trabalho com prorrogação do prazo de vigência até o dia 27/02/2023. Base Legal: Lei 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 46.319/2013. Data da Assinatura: 16/02/2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 4.475. Processo Interno nº 122/2016. Contratada: Cantina do Italo LTDA, CNPJ nº 21.730.106/0001-10. Objeto: Suspensão do pagamento da remuneração mínima prevista durante o período de 01/01/2022 a 30/06/2022. Base Legal: Art. 65, II da Lei 8.666/1993. Data da Assinatura: 28/01/2022.

9 cm -24 1598992 - 1

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COPASA



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fundamentação Legal: Artigo 29, inciso XVII da Lei Federal 13.303/16. Processo: 41.141. Objeto: Doação de materiais básicos que compõem o kit de combate a incêndios. O kit será doado ao 11º Batalhão de Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, responsável pelo combate a incêndios no município de Timóteo. Doador e Valor: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, R\$ 4.977,60. Prazo de Vigência: 60 Dias. Reconhecimento do Ato: Nelson Cunha Guimarães – Superintendência de Desenvolvimento Ambiental. Ricardo Augusto Simões Campos – Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos. Ratificação do Ato: Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor-Presidente da COPASA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fundamentação Legal: Artigo 29, inciso XV da Lei Federal 13.303/16. Processo: 40.988. Objeto: Contratação emergencial para obras e serviços de manutenção e crescimento vegetal de esgoto para atendimento ao Núcleo Operacional Santa Luzia, área de abrangência da Gerência Regional Metropolitana Leste - GRML. Prestador e Valor: RFJ Construção e Engenharia Ltda, R\$ 3.799.117,62. Prazo de Vigência: 180 Dias. Reconhecimento do Ato: Sérgio Neves Pacheco – Unidade de Negócio Metropolitana. Guilherme Frasson Neto – Diretoria de Operação. Ratificação do Ato: Cristiane Schwanka – Diretora-Presidente da COPASA em exercício.

EXTRATO
Termo de Compromisso de Compensação Florestal (TCCF) IEF/URFBIO Norte - NUBIO nº. 39933981/20V, que entre si celebram o Instituto Estadual de Florestas IEF e a empreendedora/compromissária COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, CNPJ nº 17.281.106/0001-03, como forma de compensação pela supressão de fragmento de Mata Atlântica em estágios médio e avançado de regeneração para implantação do empreendimento ETE Vieira, no município de Montes Claros (Processo Administrativo COPAM nº 15887/2005/009/2017) nos termos do Processo de Compensação (protocolo SEI nº 2100.01.0020600/2021-10) aprovado na 59ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 26/05/2021, com publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, página 07 do Diário do Executivo, em 27/05/2021. Data de assinatura: 24 de fevereiro de 2022.
(a) Margarete Suely Caires Azevedo - Supervisora Regional do IEF/URFBIO Norte
(b) Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais
(c) Ricardo Augusto Simões Campos - Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

AVISOS DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO CPLI nº 05.2022/0063 - PEM
Objeto: Conjuntos Motobombas Anfíbias. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, marcado para o dia 24/02/2022 às 14:15 horas, fica adiado "Sine Die". Motivo: “Adequação do Procedimento Licitatório”.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 05.2022/0068 – PEM
(COTA RESERVADA PARA ME/EPP)
Objeto: Conexões em Ferro Fundido. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, marcado anteriormente para o dia 24/02/2022 às 08:45 horas, fica adiado para o dia 29/03/2022 às 09:15 horas. Edital disponível em 16/03/2022. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação). Motivo: “Adequação no procedimento licitatório”.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 05.2022/0025 – PEM
(COTA RESERVADA PARA ME/EPP)
Objeto: Tubos com Costura em Aço Carbono. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, marcado anteriormente para o dia 24/02/2022 às 09:30 horas, fica adiado para o dia 28/03/2022 às 09:15 horas. Edital disponível em 15/03/2022. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação). Motivo: “Adequação no procedimento licitatório”.

JULGAMENTO - LICITAÇÃO Nº CPLI 11/202200014
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de manutenção e melhorias operacionais em redes interceptoras de esgoto, com diâmetro a partir de 400 mm, na área de abrangência da Unidade de Serviço de Macrooperação de Esgoto - USME, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vencedora: CONSERVASOLO - ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA. Valor: R\$ 10.717.528,97. Data: 23/02/2022.

JULGAMENTO DE RECURSO- PREGÃO ELETRÔNICO SPAL Nº 05.2021/0724 – PES

Objeto: Serviços de execução de roçada mecanizada e manual de vegetação.O Diretor Presidente conheceu o teor do recurso interposto pela empresa D2 Construtora e Transporte Ltda. e decidiu:
1. negar o provimento ao recurso interposto pela empresa D2 Construtora e Transporte Ltda., mantendo o posicionamento inicial de declarar vencedora a empresa AMOPEB Iluminação Ltda.;
2. registrar o objeto do pregação à empresa AMOPEB Iluminação Ltda. no valor de R\$ 1.017.325,30;
3. determinar a intimação das partes interessadas sobre a presente decisão para que a mesma produza seus jurídicos e legais efeitos.
Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2022.
Carlos Eduardo Tavares de Castro
Diretor-Presidente

RESULTADOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0060 – PEM
Objeto: Tubos em Ferro Fundido. Resultado: Encerrado. Não houve empresa vencedora, conforme consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2021/0547– PES
Objeto: Serviços de recepção, limpeza, asseio, higienização, conservação de instalações prediais, portaria e proteção de bens patrimoniais e ambientais, nas unidades da COPASA MG, no âmbito do município de Montes Claros, pertencente a unidade de Negócios Norte e nas diversas unidades pertencentes à unidade de Negócios Norte. Proposta vencedora: Conservadora e Administradora Garcia Serviços Eireli, para o Lote 01 no valor global de R\$ 4.707.688,80 e para o Lote 02 no valor global de R\$ 9.999.992,40.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2021/0573– PES
Objeto: Serviços de jateamento e pintura. Proposta vencedora: PMC Serviços Eireli, no valor de R\$ 2.158.205,00.

SEXTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2022 – 33

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2021/0626– PEM
Objeto: Conjuntos Motobombas Submersíveis. Proposta vencedora: Xylem Brasil Soluções Para Água Ltda., no valor de R\$ 250.000,00.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2021/0777 – PEM
Objeto: Agitador Vertical Mecanizado. Proposta vencedora: Sigma Tratamento de Aguas Ltda. no valor de R\$ 470.000,00

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL Nº 05.2022/065 - PEM
Objeto: Conjunto Motobomba. Proposta vencedora: Multibombas e Válvulas Ltda. no valor de R\$ 37.930,00, como consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL Nº 05.2022/0037 - PEM
Objeto: Reservatório Metálico. Proposta Usa Moura Ind. E Com. De Tanques e Reservatórios Metálicos Eireli, no valor de R\$ 119.950,00, conforme consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0048– PEM
Objeto: Poço de Visita em PEAD. Proposta vencedora: Asperbras Tubos e Conexões Ltda., no valor de R\$573.400,10.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0050 – PEM
Objeto: Tubo em PVC-O DN250. Proposta Vencedora: Mexichem Brasil Ind. de Transformação Plástica Ltda. nos valores totais de R\$ 100.000,80(Item 01 – Cota Principal) e de R\$ 33.333,60 (Item 02 – Cota Reservada), conforme consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0032 – PEM
Objeto: Válvulas de PE e Válvulas de Retenção. Propostas Vencedoras: Indusval Comércio e Serviços de Válvulas Eireli para o Item 01 - Exclusivo às ME/EPPs no valor total de R\$ 4.438,00 e para o Item 03 – Exclusivo às ME/EPPs no valor total de R\$ 1.398,00 e Lafferdu Indústria e Comércio em Ferro Fundido Eireli para o Item 05 – Exclusivo às ME/EPPs no valor total de R\$ 1.943,00. Os Itens 02, 04 e 06 – Participação Ampla foram encerrados automaticamente, conforme consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0049 – PEM
Objeto: Reservatório Metálico Elevado. Proposta vencedora: K@racol Indústria e Comércio de Tanques e Reservatórios Metálicos Eireli, no valor de R\$ 130.000,00.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0024 – PEM
Objeto: Ventosas de Triplice Função. Proposta Vencedora: Lafferdu Indústria e Comércio em Ferro Fundido Eireli no valor total de R\$ 31.649,90 para o Lote 01 - Exclusivo às ME/EPPs). Lote 02 – Participação Ampla encerrado automaticamente, conforme consta dos autos.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05.2022/0050 – PEM
Objeto: Tubo em PVC-O DN150. Proposta Vencedora: Mexichem Brasil Ind. de Transformação Plástica Ltda., para o Item 02 – Participação Ampla no valor total de R\$ 78.318,90. O Item 01 - Exclusivo às ME/ EPPs foi encerrado, conforme consta dos autos.